



AOFA

ASSOCIAÇÃO DE OFICIAIS
DAS FORÇAS ARMADAS

COMUNICADO

UM CASO EXEMPLAR

A TRABALHO IGUAL SALÁRIO DESIGUAL

A propósito de eventos no NRP Figueira da Foz, os comentadores de serviço têm vindo a público com um relato em que, sem o pretenderem, mostram a injustiça essencial com que os Governos de Portugal, com especial relevo para os Ministros da Defesa Nacional, têm tratado quem melhor serve os interesses de Portugal no mundo, desrespeitando a Condição Militar.

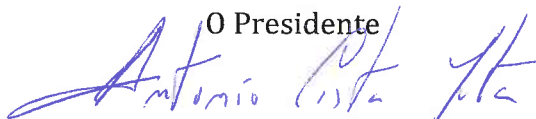
Não obstante o ruído das declarações ministeriais e a revibração jornalística associada, a situação é simples de entender: num mesmo Navio da República Portuguesa, a propósito da mesma missão, servidores do Estado são compensados de forma diferente.

Aos militares é pago suplemento de embarque, aos agentes do SEF embarcados, ajudas de custo a 100%, e bem. Como o suplemento de embarque é calculado com referência ao que é contabilizado para as ajudas de custo, sem qualquer referência às adversidades do cumprimento da missão em ambiente austero e adverso ou até hostil, o que sobressai, resulta apenas numa lógica de o suplemento de embarque ter sempre menos valor que as ajudas de custo, pelo que, não há que enganar: o militar é prejudicado!

Mas há mais, ao militar, de acordo com a legislação aplicável – que os governantes tanto gostam de invocar mas que demonstram tanta dificuldade em cumprir – também compete ser, por exemplo, beneficiário de seguro de missão. Onde está então o seguro de missão? E o que é que ele abrange? Poderão estar as famílias dos militares descansadas que o governo Português as acode em caso de “azar”? E o suplemento de risco? Porque não é caracterizado neste caso? Em consciência, os governantes negligenciaram e negligenciam este problema, tanto quanto muitos outros. Assim, não serão decerto medidas administrativas a pedido, ou outras de igual teor, que resolvem o problema.

A dignidade e dignificação da condição militar só admite uma solução, o devido reconhecimento da valia do seu trabalho com o correspondente aumento do suplemento de embarque ao nível das ajudas de custo.

Oeiras, 15 de Novembro de 2016

O Presidente

António Augusto Proença da Costa Mota

Tenente-coronel